



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
Av. André Araújo, S/N - Bairro Aleixo - CEP 69060-000 - Manaus - AM - www.tjam.jus.br

PARECER - TJ/AM/AJAP/TJ

Trata-se de processo administrativo no qual se pretende o registro de preços para eventual aquisição de Projetor Multimídia (Datashow), Suporte, Tela de Projeção e Tripé, para equipar as salas de aulas da ESMAM e EJUD visando melhorar a qualidade das aulas e eventos acadêmicos, como também atender as novas demandas de auditórios, reposição de equipamento danificado e Laboratório de Inovação – SETIC.

A SECAD (1402616) informou "que todos os itens que compõem a aquisição pretendida possuem previsão no PCA 2024, sob os códigos: DVPM-2024-70, DVPM-2024-488, DVPM-2024-486 e DVPM-2024-487".

Constam dos autos os seguintes documentos:

- Estudo Técnico Preliminar (1392939);
- Termo de Referência (1480038);
- Mapa de Preços (1441201);
- Minuta de Edital de Licitação - PE (1480071) e anexos (1480082).

É o relatório.

1. Da prévia análise técnico-jurídica

Quando a administração tem a pretensão de realizar licitação, contrato, acordo, convênio ou ajustes, o respectivo órgão técnico-jurídico deverá apresentar manifestação prévia, por força do art. 53, parágrafo único, da Lei 14.133/21. Veja:

Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.

No mesmo sentido são as normas constantes do art. 20, caput, e art. 32 da Resolução do TJAM n.º 64/2023. Veja:

Art. 32. Após a elaboração da minuta de edital e anexos, os autos seguirão para a Assessoria Jurídico-Administrativa da Presidência para realização do controle prévio de legalidade da contratação nos termos deste artigo e do art. 53 da Lei nº 14.133/2021.

Parágrafo único. Ao final da fase preparatória, todos os processos de contratação, inclusive aqueles que não seja necessária a elaboração de minuta de edital e contrato, serão submetidos à análise jurídica pela Assessoria Jurídico-Administrativa da Presidência.

No caso em análise, o processo administrativo fora encaminhado a esta Assessoria para os fins das normas em comento.

Logo, passa-se à análise técnico-jurídica.

2. Da modalidade da licitação

No caso de aquisição de bens ou serviços de natureza comum, mostra-se possível a modalidade de licitação denominada pregão eletrônico, na forma do art. 6º, inciso XLI da Lei 14.133/21:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

XLI - pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto;

No mesmo sentido é o Decreto n.º 10.024/2019:

Art. 1º Este Decreto regulamenta a licitação, na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal.

§ 1º A utilização da modalidade de pregão, na forma eletrônica, pelos órgãos da administração pública federal direta, pelas autarquias, pelas fundações e pelos fundos especiais é obrigatória.

(...)

Art. 3º Para fins do disposto neste Decreto, considera-se:

II - bens e serviços comuns - bens cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado;

III - bens e serviços especiais - bens que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade técnica, não podem ser considerados bens e serviços comuns, nos termos do inciso II;

No caso em análise, a pretendida contratação refere-se à contratação de serviço comum, que possui padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais do mercado, adequando-se perfeitamente a hipótese das normas acima.

3. Do tipo da licitação

No caso de licitação na modalidade pregão, deve-se adotar o menor preço como tipo licitatório, por força do prescrito na Lei n.º 10.520/2002:

Art. 4º A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras:

(...)

X - para julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério de menor preço, observados os prazos máximos para fornecimento, as especificações técnicas e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no edital;

No caso em análise, a minuta do edital estabeleceu o **menor preço por grupo** como tipo da licitação.

4. Do tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte

A Lei Complementar n.º 123/2006 prescreve:

Art. 44. Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

(...)

§ 2º Na modalidade de pregão, o intervalo percentual estabelecido no § 1º deste artigo será de até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço.

Neste sentido, a Cláusula Décima Segunda da minuta do edital apresentada prevê expressamente o obrigatório tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas.

5. Da dotação orçamentária

O mapa de preços (1441201) acostado aos autos detalha o valor global estimado em **R\$ 52.555,70 (cinquenta e dois mil quinhentos e cinquenta e cinco reais e setenta centavos)**.

Os processos licitatórios dos quais resultam Atas de Registro de Preço prescindem da demonstração da disponibilidade orçamentária por força do § 2º do art. 7º do Decreto Federal 7892/2013 que regulamenta o Sistema de Registro de Preços.

§ 2º Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

6. Da minuta do edital

A minuta do edital de licitação (1480071) objeto deste processo administrativo assim dispõe:

- A cláusula primeira traz o objeto do pregão eletrônico;
- A cláusula segunda dispõe sobre a dotação orçamentária;
- A cláusula terceira prevê as formas de comunicações durante o procedimento licitatório;
- A cláusula quarta prevê as normas sobre impugnação e pedido de esclarecimento;
- A cláusula quinta prevê as normas sobre credenciamento e condições de participação;
- A cláusula sexta prevê as normas sobre a vistoria técnica;
- A cláusula sétima prevê as normas sobre a apresentação de propostas e dos documentos de habilitação;
- A cláusula oitava prevê as normas sobre as declarações a serem feitas pelos licitantes;
- A cláusula nona dispõe sobre o preenchimento das propostas;
- A cláusula décima dispõe sobre a não necessidade de apresentação de amostras;
- A cláusula décima primeira prevê as normas sobre a abertura da sessão pública do pregão, classificação de propostas e formulação de lances;
- A cláusula décima segunda prevê os benefícios concedidos às Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e equiparadas;
- A cláusula décima terceira prevê as normas sobre negociação a ser realizada por meio do sistema;
- A cláusula décima quarta prevê as fases de julgamento;
- A cláusula décima quinta prevê as normas sobre habilitação;
- A cláusula décima sexta prevê as normas sobre recurso;
- A cláusula décima sétima prevê as normas sobre adjudicação e homologação;
- A cláusula décima oitava dispõe sobre a formalização de contrato;
- A cláusula décima nona dispõe sobre o registro de preços;
- A cláusula vigésima prevê as normas para emissão de Nota de Empenho;
- A cláusula vigésima primeira prevê as normas sobre prazo e condições da prestação do serviço;
- A cláusula vigésima segunda prevê as normas a respeito das obrigações do contratante e da contratada;
- A cláusula vigésima terceira prevê as normas a respeito das obrigações sociais, comerciais e fiscais;
- A cláusula vigésima quarta prevê as normas a respeito do pagamento;
- A cláusula vigésima quinta dispõe sobre a extinção do contrato ou da ata;
- A cláusula vigésima sexta prevê as normas a respeito da inexecução;
- A cláusula vigésima sétima prevê as normas a respeito das sanções;
- A cláusula vigésima oitava trata das disposições gerais;
- A cláusula vigésima nona indica as partes integrantes do edital;
- A cláusula trigésima prevê as normas a respeito do foro para eventual discussão decorrente do edital.

Da análise da comentada minuta de edital, verifica-se que está em consonância com as normas sobre licitações e contratos, sobretudo aquelas constantes da Lei n.º 10.520/2002; da Lei Complementar n.º 123/2006; do Decreto n.º 3.555/2000; do Decreto n.º 10.024/19; da Resolução n.º 064/2023 TJ-AM, no que couber; do Decreto do Estado do Amazonas n.º 28.182/2008, no que couber; da Lei n.º 14.133/2021, aplicável subsidiariamente às licitações na modalidade pregão.

7. Da conclusão

Pelo exposto, **esta Assessoria Administrativa opina pela aprovação da minuta de edital de licitação objeto dos autos, na modalidade pregão eletrônico, do tipo menor preço por grupo, no valor global estimado de R\$ 52.555,70 (cinquenta e dois mil quinhentos e cinquenta e cinco reais e setenta centavos)**, para possibilitar a aquisição de Projetor Multimídia (Datashow), Suporte, Tela de Projeção e Tripé, para equipar as salas de aulas da ESMAM e EJUD, com fundamento no disposto no inciso XLI do art. 6º, inciso I do art. 28 e art. 29 da Lei n. 14.133/2021.

Ressalte-se que, no momento da celebração do negócio jurídico, deverá ser providenciada a documentação indicativa de que não há restrições no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e de que não há restrições junto à Fazenda Nacional em relação a certidão negativa ou positiva com efeito de negativa.

Por fim, não se pode perder de vista a necessidade obrigatória de se dar ampla publicidade a todas as contratações feitas pela Administração, por força do art. 37, caput, da Constituição e do art. 31, §3º da Lei n.º 14.133/21.

Considerando tratar-se de decisão da competência de autoridade superior, submeta-se o presente feito à apreciação e posterior deliberação, observadas as cautelas de praxe.

Manaus/AM, 19 de Março de 2024.

(assinado digitalmente)

Adriana Souza Carpinteiro Péres

Diretora da Assessoria Jurídico-Administrativa da Presidência



Documento assinado eletronicamente por **ADRIANA SOUZA CARPINTEIRO PERES, Diretor(a)**, em 19/03/2024, às 09:51, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tjam.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1484514** e o código CRC **C5DAE9D8**.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
Av. André Araújo, S/N - Bairro Aleixo - CEP 69060-000 - Manaus - AM - www.tjam.jus.br

DECISÃO GABPRES

Trata-se de processo administrativo, por meio do qual se objetiva o registro de preços para eventual aquisição de Projetor Multimídia (Datashow), Suporte, Tela de Projeção e Tripé, para equipar as salas de aulas da ESMAM e EJUD visando melhorar a qualidade das aulas e eventos acadêmicos, como também atender as novas demandas de auditórios, reposição de equipamento danificado e Laboratório de Inovação – SETIC, por meio de Pregão Eletrônico, do tipo menor preço por grupo com participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte.

Constam nos autos: Estudo Técnico Preliminar DVPM/FHR (SEI nº 1392939) e Termo de Referência SECOP/SEAC (SEI nº 1421511), Mapa de Preços SECOP/DVCOP/SC (SEI nº 1441201) e Minuta do Edital de Licitação - PE SECOP/SEAC (SEI nº 1480071).

Parecer da Assessoria Jurídico - Administrativa da Presidência (1484514), na forma do art. 53, parágrafo único, da Lei 14.133/21, pela aprovação da minuta de edital de licitação objeto dos autos.

Ademais, a minuta de edital está em consonância com os requisitos da Lei nº 14.133/2021, que traça regras gerais de Licitação, bem como com os ditames da Lei Complementar nº. 123/06; da Lei Estadual n. 6.269, de 28 de junho de 2023; da Resolução n.º 064/2023 do TJ-AM; da Resolução nº 114, de 20/04/10 do CNJ; Resolução nº 401, de 16/06/21 do CNJ; Resolução nº 400, de 16/06/21 do CNJ.

Ante o exposto, acolho o retromencionado parecer por seus jurídicos e legais fundamentos, pelo que os adoto como minhas próprias razões de decidir, para **autorizar a realização de certame na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO POR GRUPO, no valor global estimado de R\$ 52.555,70 (cinquenta e dois mil quinhentos e cinquenta e cinco reais e setenta centavos)**, para possibilitar a aquisição de Projetor Multimídia (Datashow), Suporte, Tela de Projeção e Tripé, para equipar as salas de aulas da ESMAM e EJUD, com fundamento no disposto no inciso XLI do art. 6º, inciso I do art. 28 e art. 29 da Lei n. 14.133/2021.

Outrossim, torna-se indispensável que, no momento da celebração do negócio jurídico, deverá ser providenciada a documentação indicativa de que não há restrições no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e de que não há restrições junto à Fazenda Nacional em relação a certidão negativa ou positiva com efeito de negativa.

Imprescindível, também, a necessidade de se dar ampla publicidade aos negócios jurídicos celebrados com a Administração Pública, por força do art. 37, *caput*, da Constituição e do art. 13 da Lei nº 14.133/21.

À COLIC para providências cabíveis.

Cumpra-se com as cautelas de praxe.

Manaus, data registrada no sistema.

(assinado digitalmente)

Desembargadora Nélia Caminha Jorge

Presidente do TJ/AM



Documento assinado eletronicamente por **Nélia Caminha Jorge, Desembargadora de Justiça**, em 22/03/2024, às 12:17, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tjam.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1487681** e o código CRC **FAFD1BAC**.